

Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958

Janice GONÇALVES*

Resumo: Este artigo objetiva destacar alguns aspectos do debate sobre folclore no Brasil, enfocando, em especial, a atuação de folcloristas catarinenses ligados à Subcomissão Catarinense de Folclore de Santa Catarina (logo renomeada Comissão Catarinense de Folclore), entre os anos de 1948 e 1958, bem como as contribuições de Oswaldo Rodrigues Cabral.

Palavras-chave: Comissão Catarinense de Folclore. Folclore. Patrimônio tradicional. Oswaldo Rodrigues Cabral. Santa Catarina (Estado).

Defending traditional heritage: the work of Santa Catarina's folklorists between 1948-1958

Abstract: This paper examines certain aspects of folkloric debate in Brazil, focusing on the activities of folklorists linked to Folklore's Subcommittee of Santa Catarina (subsequently renamed Folklore's Commission of Santa Catarina), between 1948 and 1958, and shows the significant academic contributions made by Oswaldo Rodrigues Cabral.

Keywords: Folklore's Commission of Santa Catarina (Brazil). Folklore. Traditional heritage. Oswaldo Rodrigues Cabral. Santa Catarina (Brazil).

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, grande foi o esforço de construção do campo folclórico como área de conhecimento constituída cientificamente e assim reconhecida até no meio universitário, conforme destacou Luís Rodolfo Vilhena (1997). Longe de posicionamentos homogêneos, os folcloristas buscaram configurar diretrizes comuns de ação, longamente debatidas em publicações e em congressos.

Neste artigo, objetiva-se destacar aspectos do debate folclórico no país entre o momento de emergência de comissões estaduais vinculadas à Comissão Nacional de

* Professora Doutora - Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - Centro de Ciências Humanas e da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC - Avenida Madre Benvenuta, 2007, CEP 88.035-001, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: janice.gnclvs@gmail.com – A pesquisa da qual esse artigo é uma das resultantes (“Nomes para o Serviço: a atuação do SPHAN em Santa Catarina e o papel dos historiadores locais – 1938-1974”) teve o apoio da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Folclore (instituída no final de 1947) e a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (em 1958). Mais especificamente, pretende-se salientar as contribuições dos folcloristas catarinenses e as especificidades de suas atividades em Santa Catarina, tendo em vista a primeira década de existência da Comissão Catarinense de Folclore (criada em 1948 com a denominação de “Subcomissão”, pois, inicialmente, era considerada um desdobramento da Comissão Nacional). Nessa discussão, ganhará relevo a figura de Oswaldo Rodrigues Cabral, à frente da Comissão Catarinense em sua criação e em seus anos iniciais.

Intelectual de maior vulto entre seus colegas catarinenses, Cabral estabeleceu significativas articulações com pesquisadores do folclore no Brasil e em outros países, conseguindo ver reconhecido seu trabalho como secretário geral da Comissão Catarinense (função na qual permaneceu até o início da década de 1960). Foi, sem dúvida, o mais importante divulgador das atividades dessa Comissão, quer por sua participação em eventos de relevo na agenda dos folcloristas brasileiros, quer por suas relações estreitas com pesquisadores referenciais no campo folclórico, quer, ainda, por se responsabilizar, na condição de editor ou autor, por publicações que tornassem conhecidas as singularidades do folclore catarinense (publicações como, em especial, os boletins da Comissão Catarinense de Folclore e dois livros de sua autoria: *Cultura e folclore*, editado em 1954, e *A medicina teológica e as benzeduras*, editado em 1958).

Cabe situar os eixos do debate folclórico daquele momento e mapear as formas como os folcloristas catarinenses nele se inseriram.

Afinar posições, construir diretrizes: os decisivos anos 1950

O término da Segunda Guerra marcou profundos rearranjos políticos e econômicos na ordem mundial e efetivou vários organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), na tentativa de garantir crescimento e estabilidade econômica e promover a cooperação e a convivência pacífica entre os povos. Ao lado de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), de início, voltados prioritariamente para a recuperação de áreas devastadas pela guerra, passou a existir a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). As ações iniciais da Unesco valorizaram o estudo e a preservação do folclore como mecanismo de estímulo à compreensão e ao respeito entre grupos de diferentes perfis culturais (OLIVEIRA, 2008, p. 91). Convém ponderar, entretanto, que a preocupação com a proteção das manifestações folclóricas, na segunda metade do século XX, também esteve remetida à percepção de um mundo em rápida transformação – sobretudo o chamado “mundo livre”, tal como designado no

vocabulário consagrado pela Guerra Fria. Sob a hegemonia dos Estados Unidos, os países capitalistas ampliariam significativamente os níveis de urbanização e industrialização, fazendo avançar a expansão da sociedade de consumo e do espetáculo.¹

Por meio da criação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE), órgão do Ministério das Relações Exteriores, nasceu, em novembro de 1947, a Comissão Nacional de Folclore, em conexão com as propostas da Unesco (VILHENA, 1997, p. 94-96). A conjuntura brasileira, tal como a internacional, também indicava mudanças: no plano político, em uma tateante experiência democrática, o trabalhismo varguista fazia prevalecer a polarização entre seus partidários e opositores; a maior parte da população brasileira vivia no campo, mas as cidades, sobretudo as metrópoles, vistas como chaves para o acesso facilitado a bens culturais e de consumo, vivenciariam, a partir de então, um impressionante crescimento demográfico.² No final da década de 1940, as demandas por um Brasil urbano, industrializado e “moderno” já estavam claramente postas no horizonte, bem como desenhados os possíveis efeitos disso para a continuidade de manifestações populares de caráter tradicional.

A Comissão Nacional de Folclore não atuaria sozinha, mas buscaria mobilizar colaboradores nos vários estados da federação, preferencialmente também reunidos em comissões. E, na empreitada de configurar um chão comum para as ações dos folcloristas brasileiros, a *Carta do Folclore Brasileiro* teve papel decisivo e foi, no dizer de Vilhena (1997, p. 99), “o texto programático do movimento folclórico”.

Aprovada no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, a Carta oferecia definições fundamentais para os estudos e as pesquisas folclóricas. Assim, o fato folclórico abarcaria:

[...] maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v. 1, p. 77).

O tradicional, entretanto, não era compreendido como condição *sine qua non* do fato folclórico, desde que no fato estivessem presentes a “aceitação coletiva” (independentemente da dimensão de anonimato) e o caráter “essencialmente popular”. Entendia-se, ainda, que o fato folclórico não estava remetido apenas ao “fato espiritual”: deveria ser estudada a “vida popular em toda a sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual” (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v. 1, p. 77).

Embora, na contemporaneidade, instituições originalmente voltadas para o folclore estejam engajadas, sobretudo nas questões do chamado “patrimônio imaterial”,³ em 1951,

os folcloristas brasileiros concordavam em reconhecer como objetos de estudo tanto o que hoje é usualmente associado ao imaterial (próximo ao “espiritual”, no vocabulário dos folcloristas de então) como ao material. O que os separava de outros esforços de proteção de bens culturais (como aqueles que envolviam o órgão federal de preservação, primeiramente denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) era, fundamentalmente, a dimensão popular de seus objetos de estudo; daí seu afastamento explícito em relação ao patrimônio “científico e artístico” de cunho erudito.

A Carta de 1951 ainda mencionava a intenção de criar “um organismo, de caráter nacional, que se destinasse à *defesa do patrimônio folclórico* do Brasil e à proteção das artes populares.” (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v. 1, p. 81; grifos nossos). Em documento produzido no mesmo Congresso – um projeto de convênio com os governos estaduais –, “patrimônio” aparece qualificado não só como “folclórico” (“patrimônio folclórico do país”) como também “tradicional” (“patrimônio tradicional do Brasil”) (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v. 1, p. 87). O termo “patrimônio” não está ausente, por consequência, dos debates dos folcloristas; contudo, aparece nitidamente separado do patrimônio assumido como campo preferencial pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), designação atribuída ao SPHAN entre 1946 e 1970.

Patrimônio folclórico e patrimônio tradicional poderiam ser entendidos como sinônimos?

Nas concepções presentes nos estudos sobre folclore desenvolvidos no Brasil nos anos 1950, o fato folclórico não estava necessariamente ligado ao passado, sendo complexa a relação com a tradição. A compreensão dessa complexidade não era exclusiva do meio folclórico brasileiro, podendo ser entrevista em um autor como Arnold van Gennep, com contribuições decisivas para o campo da antropologia (como as reflexões a respeito dos ritos) e importante referência na área do folclore, até mesmo no âmbito brasileiro: seu livro *O Folclore* foi traduzido para o português e publicado em 1950 (um ano antes do Primeiro Congresso de Folclore), como primeiro número da coleção de Estudos Folclóricos da Livraria Editora Progresso, de Salvador. Convém destacar a concepção de Van Gennep contida naquele livro:

O folclore não é, pois, como se pensa, uma simples coleção de fatos disparatados, e mais ou menos curiosos e divertidos; é uma ciência sintética, que se ocupa especialmente dos camponeses e da vida rural e daquilo que ainda subsiste de tradicional nos meios industriais e urbanos. [...] **Não são apenas os restos das instituições antigas, que ele estuda, isto que se chama de superstições ou tradições, mas também fatos atuais, aos quais propus denominarmos “fatos nascentes”.** [...] O campo que indico aqui como pertencente ao folclore, é bem mais amplo do que o tinham admitido os primeiros “tradicionalistas” [*sic*], que só aceitavam

como “transmitidos pela tradição” os contos e lendas, as canções, as crenças e observâncias, as práticas de feitiçaria etc. (VAN GENNEP, 1950, p. 44-46 – ortografia atualizada, grifo nosso).⁴

Essas considerações de Van Gennep foram, aliás, levadas em conta por Oswaldo Cabral em publicação de 1954, *Cultura e folclore – bases científicas do folclore*, editada pela Comissão Catarinense de Folclore. Aludindo às tensões e polêmicas entre “tradicionalistas” e “nascentistas”, ressaltou que esses últimos não repeliam a tradição, mas certamente não se limitavam ao seu estudo:

A sua teoria é a de que o fato folclórico é não somente o fato tradicional, mas também outros que podem existir sem que venham de trás, de longe, fatos criados em nossos dias, da nossa época e na nossa própria cultura. A sua teoria é, evidentemente, simpática, por isso que admitindo o FOLCLORE como uma ciência que estuda fatos vivos, fatos que apresentam vitalidade, não o aceitamos mais como ciência só dos fatos que **ainda** possuem vitalidade. (CABRAL, 1954, p. 116, grifo do autor).

Cabral frisava que o folclore, sendo “manifestação de cultura – embora cultura vulgar – não pode alhear-se ao dinamismo que é condição essencial de toda cultura viva.” (CABRAL, 1954, p. 116).

Ter-se-ia, assim, duas dimensões complementares do fato folclórico: de um lado, a dimensão da tradição como passado imerso no presente (fato folclórico “tradicional”) e, de outro, a dimensão estritamente contemporânea das manifestações culturais (gerando o fato folclórico “emergente”, “nascente”, não tradicional). Concordariam com essa perspectiva todos os folcloristas de então?

Renato Almeida, à frente da Comissão Nacional de Folclore, demonstraria, em publicação de 1957, que a questão continuava em aberto. Destacou que a palavra “tradição”, se compreendida mais restritamente como “a transmissão de fatos passados”, ou se mais amplamente estendida à “experiência humana que vai do passado ao futuro” (sendo, portanto, neste último caso, “sempre presente, atual e viva”), não pertencia exclusivamente ao campo folclórico (ALMEIDA, 1957, p. 48). Se o tradicional, portanto, não era *apenas* folclórico, conseqüentemente não poderia ser visto como o elemento a emprestar singularidade ao campo. Aprofundando sua reflexão, questionava o elo habitualmente estabelecido entre tradição e passado:

O preconceito da tradição é contudo muito ponderável e o Folclore já foi definido como ciência da tradição. Tem-se discutido mesmo o tempo que levaria um fato para se tornar folclórico... A aceitação coletiva refoge a essas medidas e **nada justifica, pela observação dos fenômenos, afirmar que só o antigo seja folclórico.** (ALMEIDA, 1957, p. 49, grifo nosso).

No folclórico, nem o antigo nem o novo existiriam em estado puro, mas sempre mesclados, em interação – passado atualizado, presente inserido na moldura do já sabido e vivido. Contra a ideia do tradicional como “apego ao passado”, Renato Almeida recorreu a Jorge Dias: “para que um fato aparente um caráter tradicional, não é necessário que ele venha do passado, pode ser uma inovação introduzida pela difusão ou criado dentro da própria cultura” (DIAS apud ALMEIDA, 1957, p. 51).

Uma concepção ampliada de tradição era postulada pelo autor, assim como acentuado o dinamismo do fato folclórico:

A folclorização é um processo de adaptação que se conclui em limites variáveis de tempo. **O povo recria infatigavelmente e aceita os fatos como função atual e não como sobra pretérita. Só assim se deve compreender a tradição em Folclore**, pode ela resultar tanto de passado milenário quanto de fato contemporâneo. Importa não a velhice, mas a aceitação coletiva, que tudo atualiza. [...] Cada invenção, cada descoberta, cada novidade ou moda que chega ao povo, **ele pode incorporar folcloricamente ao seu patrimônio cultural**, além de que alarga outras práticas, usos e costumes a condições diferentes ou a aspectos modernos de sua vida. (ALMEIDA, 1957, p. 49 – ortografia atualizada; grifo nosso).

O patrimônio cultural, no comentário de Renato Almeida, não aparece, portanto, vinculado à maior estabilidade dos artefatos de pedra e cal, tão valorizados pelo Patrimônio federal, à época dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Como folclorista, Almeida valorizava aquilo que, dinamicamente apropriado e recriado pelo “povo” (*folk*), era pelo povo (“folcloricamente”) transformado e incorporado ao patrimônio cultural. E, sendo caracterizado por fazeres renovadamente transmitidos, o folclórico seria constituído num jogo constante entre o que permanece e o que muda.

A sutil concepção de tradição apresentada por Renato Almeida não era consensual, na década de 1950, entre os folcloristas brasileiros. A percepção do dinamismo do fato folclórico, contudo, estava entre eles mais espreada, como permitiram vislumbrar, aliás, as citações anteriores do livro de Oswaldo Cabral, *Cultura e folclore*. Exemplos bastante eloquentes a este respeito também podem ser extraídos de textos daquele período, escritos pelo destacado folclorista Édison Carneiro, alguns deles contidos em coletânea publicada em 1965, sintomaticamente intitulada *Dinâmica do Folclore*. Naquele livro, o autor acentuava a compreensão do folclore como cultura popular, sempre aberta à atualização. Conforme destacava, em texto de 1955:

Em geral os fatos do folclore trazem grande sobrecarga de tradição no sentimento original, na forma de expressão, na roupagem exterior. Embora tradicional neste sentido, **o folclore está sempre vivo, atual, em**

transformação, adaptando-se às mudanças operadas na sociedade. [...] O anonimato da criação popular é somente uma condição atual. Com efeito a criação individual *folcloriza-se*, sofre um verdadeiro processo de *despersonalização*, que lhe restitui o anonimato. [...] **Entende-se por popular o que emana direta ou indiretamente do povo** – dos operários, dos camponeses, das camadas inferiores da população, dos grupos sem o comando na sociedade – **ou o que, não sendo de origem popular, é entretanto conhecido e aceito por todo o povo e nele encontra ressonância.**” (CARNEIRO, 1965, p. 135-136 – ortografia atualizada, grifo nosso).

O popular, diferenciando-se do erudito, como salientara Renato Almeida (1957, p. 41-43), para Édison Carneiro não necessariamente deixaria de interagir com ele:

Estes aspectos da vida popular [que “caem na categoria de folclore”] nem sempre são uma criação especial do meio em que se movimenta o povo, mas, **embora de origem erudita ou semi-erudita**, são aceitos e integrados pelo povo na sua vida cotidiana. (CARNEIRO, 1965, p. 133 – ortografia atualizada, grifo nosso).

Na primeira década de atuação da Comissão Nacional de Folclore, o debate brasileiro quanto ao fato folclórico punha em relevo, portanto, seus sujeitos produtores (o “povo”, os grupos populares) e sua capacidade de criar, transformar e tomar para si (com aceitação coletiva) uma diversidade de elementos culturais. Disso derivava que os fatos folclóricos deveriam não só ser *produzidos* como *mantidos* pelos grupos populares, o que permitia pôr em xeque o papel dos folcloristas na “defesa” do folclore brasileiro: como atuar na preservação dos fatos folclóricos sem impedir seu dinamismo e, conseqüentemente, destruí-los?

Ainda Édison Carneiro, em texto de 1954, colocava claramente a questão: “Sabemos que a proteção em si mesma implica numa intromissão erudita no campo do folclore e, entre os perigos que comporta, está o de poder levar à mais rápida liquidação de toda esta riqueza das gerações.” (CARNEIRO, 1965, p. 99). O autor distinguia, em seguida, aquilo que deveria ser mantido e aquilo que deveria ser restaurado, pois diversas eram as situações do folclore, nas várias regiões do país. E concluía:

[...] Proteger significa intervir, e normalmente seria paradoxal que a intervenção fosse aconselhada ou efetuada por folcloristas, mas, **se soubermos usar de “uma extrema discrição”, garantindo “muita liberdade” aos folguedos, a intervenção** – pelo interesse eminentemente nacional de que se revestirá, devolvendo ao povo, sem lhes violentar o caráter, as suas costumeiras ocasiões de prazer – **pode ser perdoada. Estaremos prestando ao Brasil um serviço que ninguém mais lhe poderá prestar.**” (CARNEIRO, 1965, p. 111; grifo nosso).⁵

Desta verdadeira empreitada cívica do Movimento Folclórico Brasileiro participaram intelectuais dos vários estados da federação, inclusive, como já indicado, de Santa Catarina, o que convém, agora, examinar mais detidamente.

A Comissão Catarinense de Folclore e o patrimônio a defender

Reunidos em comissões estaduais, os intelectuais que se quiseram folcloristas buscaram se integrar ao projeto em construção pela Comissão Nacional de Folclore, realizando, em suas respectivas regiões, atividades de identificação, registro, estudo e disseminação das manifestações culturais populares. Como destacou Lúcia Lippi Oliveira (2008, p. 92), acerca daquele momento do movimento folclórico brasileiro:

Participar do movimento valorizava os intelectuais que se sentiam isolados dos grandes centros. Daí serem identificados como “intelectuais de província”, com fortes ligações com os poderes locais. O movimento privilegiava uma visão da unidade brasileira como resultado do equilíbrio das diversidades regionais e convocava os intelectuais de província a abandonarem a história das elites a que vinham se dedicando e a procederem à descrição da cultura de sua região, seguindo métodos objetivos e científicos orientados pela CNFL e depois, pela Campanha [de Defesa do Folclore Brasileiro].

Em Santa Catarina, a criação da Subcomissão Catarinense de Folclore se deu durante a realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1948. Estreitamente envolvido com a organização daquele evento, Oswaldo Rodrigues Cabral, então com 45 anos, viria a ser o primeiro secretário geral da Subcomissão, assumindo a coordenação de seus trabalhos bem como a responsabilidade direta pelos doze primeiros números de seu boletim, editado a partir de 1949.

Médico, Cabral ganhara destaque nos meios intelectuais catarinenses e alguma projeção em âmbito nacional na segunda metade da década de 1930, em virtude da publicação, em 1937, do livro *Santa Catarina – história, evolução*, na prestigiosa coleção “Brasília”, da Companhia Editora Nacional. O livro contribuiu para torná-lo, em âmbito estadual e nacional, uma das principais (se não a principal) referência sobre a história da região. O trabalho também seria decisivo para firmar sua participação em instituições-chave da sociabilidade intelectual catarinense, como a Academia Catarinense de Letras (na qual ingressou em 1938) e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (do qual participava desde 1935 - SANTOS, 2005, p. 15).⁶ Academia e Instituto, por mais frágeis e inoperantes que fossem, eram as instituições que, naquele momento, congregavam os intelectuais catarinenses, existentes, aliás, em número reduzido, compartilhando os mesmos

espaços de visibilidade social. Ao rememorar, em 1976, seu círculo de amizades nas décadas de 1930 e 1940, bem como suas interações com tais instituições (a elas agregando, também, a Associação de Imprensa), escreveu Oswaldo Cabral:

[...] os componentes de todas essas associações culturais eram, em sua maioria, os mesmos. [...] Aqui [em Santa Catarina], meio pequeno ainda, os homens que estudavam história eram os mesmos que escreviam contos, versos e novelas, os mesmos que tinham suas colunas nos jornais (CABRAL, 1976, p. 13-14).

Nesse meio, portanto, as fronteiras de atuação não estavam consolidadas, transitando esses intelectuais – mais próximos ao perfil de “homens de letras” – entre o jornalismo, a literatura, a história, a geografia, a sociologia, a antropologia, o folclore. Se os quatro primeiros campos já haviam sido por eles palmilhados nas primeiras décadas republicanas, a aproximação em relação aos três últimos foi mais característica a partir dos anos 1940, em especial com a criação da Subcomissão Catarinense de Folclore.

Participando das discussões e disputas no âmbito dos congressos sobre folclore, buscando fortalecer o intercâmbio com entidades congêneres e a troca intelectual com folcloristas do país e do exterior, os intelectuais catarinenses lançaram-se a uma nova vertente de trabalho. Aproximações com outros saberes precisaram ser feitas, novas reflexões tiveram que ser tecidas. Contudo, convém ressaltar: esses intelectuais não deixaram de valorizar a narrativa histórica que haviam começado a privilegiar no início da década de 1940 – a narrativa da prevalência, em solo catarinense, da identidade cultural açoriana e, mais amplamente, da herança cultural portuguesa.

A presença açoriana em território catarinense fora certamente assinalada em estudos anteriores à década de 1940, mas os significados atribuídos a ela sofreram transformações. A própria produção intelectual de Oswaldo Cabral indica um significativo momento de inflexão a este respeito. Em seu livro *Santa Catarina – história, evolução*, de 1937, os açorianos que se deslocaram para o território catarinense em meados do século XVIII eram signos de fracasso. Mas, no artigo “A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina”, de 1941, como é claramente perceptível no título, o autor modula sua interpretação; os mesmos sujeitos aparecem como fracassados apenas economicamente, pois vitoriosos em termos culturais: teriam imposto “as tendências lusitanas do seu sangue e da sua alma, as mesmas que perduram como marco da sua vitória.” (CABRAL, 1941a, p.48). Sensível ao contexto de fortalecimento, no Estado Novo, de um discurso de identidade nacional que objetivava sufocar as identidades regionais e locais (além das influências “alienígenas”, como as de imigrantes que não dominavam a língua portuguesa), e atento às tensões interétnicas colocadas pelo cenário político internacional (que punham

cada vez mais sob suspeita descendentes de alemães e de italianos em solo catarinense), Cabral repensará o lugar de Santa Catarina na ordem nacional, oferecendo uma contribuição importante para o que posteriormente será interpretado como “invenção da açorianidade” (FLORES, 1997, p. 113-141).

A valorização, na história catarinense, do elemento açoriano, juntamente com o destaque dado aos sertanistas paulistas no povoamento do território no período colonial – perceptível, por exemplo, nos exemplares da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina publicados em 1943 e 1944 –, pode ser interpretada como uma forma de alterar a imagem, incômoda e imprópria durante o Estado Novo, de uma Santa Catarina “estrangeira”, em razão da marcante presença de imigrantes (sobretudo em áreas de maior destaque na economia regional). Tal reconfiguração da narrativa acerca da história catarinense tinha, particularmente em Cabral, a influência de leituras de caráter sociológico (mais claramente, dos trabalhos de Gilberto Freyre, como os textos constantes do livro *O mundo que o português criou*). Uma influência detectável também em intelectuais que teriam destaque como folcloristas, ligados a outras comissões estaduais, como Dante Laytano, presidente da Comissão Estadual de Folclore do Rio Grande do Sul (NEDEL, 2011, p. 198).

Para além da questão das influências intelectuais, contudo, aquela perspectiva, partilhada pelos colegas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (e, a partir de 1948, também os da Subcomissão/Comissão Catarinense de Folclore), tinha, como já indicado, componentes de ordem política relevantes, pois favoreceu uma reaproximação dos intelectuais catarinenses com os governos estaduais.

A construção das estruturais estatais e a demanda por letrados que a ela se integrassem estão historicamente conectadas. Em Santa Catarina não foi diferente, e os membros da elite letrada catarinense, por força de seu perfil e das necessidades geradas pela burocracia estatal, sempre encontraram abrigo na administração pública. No século XIX, a relação estreita entre as disputas políticas e a atividade jornalística levava políticos destacados a ocupar também, frequentemente, cargos de diretores de órgãos de imprensa, que atuavam como espaços de construção e desconstrução da legitimidade de ideias e ações dos atores políticos (CORRÊA, 1997, 2003). Os vínculos entre letrados, poder político e imprensa, em Santa Catarina, estabelecidos desde o período imperial, não foram rompidos com o advento da República. Nas primeiras décadas republicanas, porém, seriam criadas instâncias associativas que reuniriam esses letrados e criariam uma pauta de ações valorizadoras da “pequena pátria catarinense” (GONÇALVES, 2006), como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras. Diversos políticos, *stricto sensu*, foram membros dessas entidades, e vários dos letrados que as integravam viriam a ocupar funções salientes na administração estadual catarinense, em diferentes momentos, o que facilitava a negociação de apoios e subvenções que

garantissem a manutenção das entidades, além de contribuir para a geração social de distinção e prestígio para elas e seus integrantes.

Essa relação de intimidade entre o poder público estadual e os “homens de letras” catarinenses foi abalada com a nova ordem político-partidária instalada a partir de 1930, exigindo reacomodações e recomposições. Neste sentido, a afirmação de uma identidade catarinense marcada pela herança lusitana (ou luso-açoriana) pode também ser interpretada como parte de uma tentativa de aproximação tanto em relação ao governo Vargas como em relação ao governo do interventor estadual Nereu Ramos (harmonizando-se, aliás, com a campanha de “nacionalização”, que incidia duramente sobre as áreas catarinenses marcadas pela presença de imigrantes – principalmente alemães e italianos – e seus descendentes). Uma identidade, portanto, que tornava Santa Catarina, na lógica dos discursos então dominantes, tão “brasileira” como as outras unidades da federação.

O fim do Estado Novo não significou o abandono daquela chave de leitura da história de Santa Catarina; pelo contrário, ela foi reforçada e mais amplamente disseminada, com a organização do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, sintomaticamente articulado às comemorações do bicentenário da colonização açoriana.⁷ Para a Subcomissão Catarinense de Folclore, criada como resultado daquele Congresso, a dimensão da açorianidade serviria como importante diretriz.

Mobilizando novas categorias, próprias do campo folclórico, Oswaldo Cabral e seus colegas catarinenses da Subcomissão/Comissão Catarinense de Folclore continuariam a trilhar a perspectiva cívico-patriótica que o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina imprimira indelevelmente como marca da elite letrada catarinense, desde o final do século XIX (GONÇALVES, 2006). Na Comissão Catarinense de Folclore, trabalhariam também em prol de Santa Catarina, mas em defesa de seu patrimônio tradicional. Àquela altura, aliás, estava claro que a dedicação a essa dimensão do patrimônio cultural teria mais possibilidade de reconhecimento, para além dos limites territoriais catarinenses, do que aquela votada ao patrimônio edificado, prioridade do órgão federal responsável pelo “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Para o Patrimônio federal, cabe salientar, Santa Catarina não tinha relevância, ocupando a periferia de suas ações: no período anterior ao advento de uma legislação estadual, propriamente voltada para a preservação do patrimônio cultural catarinense (o que ocorreu formalmente em 1974), houve apenas 11 bens tombados em nível federal, em Santa Catarina; desses tombamentos, apenas cinco haviam ocorrido até 1948 (SPHAN, 1982, p. 178-180). As áreas-chave da federação, na política de preservação adotada pelo Patrimônio federal, em suas primeiras décadas, eram Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, com profusão de bens tombados (RUBINO, 1991, p. 134-135; RUBINO, 1996, p. 99-101). Santa Catarina, território fragilmente povoado até fins do século XVII, e com investimentos

de controle administrativo mais regulares, por parte da Coroa portuguesa, somente a partir do século XVIII, não apresentava contingente expressivo de monumentos coloniais cuja beleza, técnica construtiva ou significado histórico nacional fossem considerados excepcionais, tal como os bens maciçamente protegidos pelo órgão federal de preservação, com base no Decreto-lei nº 25/37.

Assim, entre as décadas de 1940 e 1960, os intelectuais catarinenses reunidos em torno da Comissão Catarinense de Folclore privilegiaram frentes de trabalho que, embora também aludissem à noção de patrimônio e à sua preservação, não eram encampadas privilegiadamente pelo Patrimônio federal. Procurando identificar e valorizar as manifestações culturais percebidas como singulares em Santa Catarina, encontraram-nas, antes de tudo, em brincadeiras e brinquedos infantis, adágios, crenças e “superstições”, benzeduras e formas da medicina popular, folguedos, festas de caráter religioso, danças e “modos de fazer” variados (como o fazer da renda de bilro, em Florianópolis, ou a pesca com boto, em Laguna). É o que transparece da consulta aos boletins e das demais publicações da Comissão.⁸

Na lida do folclore: escrever e descrever, formar e informar

No período aqui enfocado, a Comissão Catarinense de Folclore contou com a colaboração de vários estudiosos, com diferentes níveis de engajamento. Entre os que tiveram presença mais constante, tanto nas publicações promovidas pela Comissão como nos eventos para os quais eram enviados representantes, podem ser citados, além de Oswaldo Rodrigues Cabral, Almiro Caldeira (Subsecretário da Comissão), Osvaldo Ferreira de Melo Filho, Walter Fernando Piazza (que, no boletim, primeiramente ficou incumbido da redação e posteriormente, em 1953, assumiu sua direção), Vitor Peluso Junior, Lucas Alexandre Boiteux e Doralécio Soares. Mas é inegável a maior projeção de Oswaldo Cabral. Já no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, de 1951, foi ele incumbido de proferir, na abertura do evento, o discurso em nome dos congressistas. Naquele discurso, Cabral, então deputado estadual por Santa Catarina, relatou, fundamentalmente, as dificuldades das comissões nos estados, às quais faltavam recursos de toda sorte. Seriam elas

[...] pequenos núcleos de desamparo, ignorados e esquecidos, nos quais raros obreiros se esgotam em amanho um solo humoso e fértil – mas sem esperanças de retirar dele tudo que lícito fora esperar - porque tem para o trabalho, apenas, os cinco dedos da mão (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v.1, p. 50).

Para mitigar os problemas enfrentados pelas comissões estaduais, propôs que se tornassem organismos oficiais, para que pudessem contar mais facilmente com o auxílio da União, dos estados e dos municípios. E, ao encerrar o discurso, após agradecer a acolhida hospitaleira aos representantes das várias unidades da federação, Cabral aludiu ao sentido patriótico do trabalho das comissões:

A vossa hospitalidade é magnífica e tocam-nos ao coração as vossas gentilezas. Queremos sair daqui saudosos delas. Mas, antes de que o façamos, pela sinceridade dos nossos propósitos e pela eficiência da nossa colaboração, [queremos] deixar-vos a certeza de que procuramos ser dignos delas, **colocando os nossos esforços e as nossas canseiras ao serviço da pátria!** (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v.1, p. 52, grifo nosso).

O discurso inicial de Cabral, como os Anais do Primeiro Congresso permitem constatar, estava apoiado em texto por ele produzido em março do mesmo ano, intitulado *A necessidade do aparelhamento das Comissões Estaduais de Folclore*.⁹ Nesse texto (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v. 2, p. 11-15), Cabral apresentava ainda outras propostas: afirmava ser desejável “um programa de ação conjunta”; propunha a solicitação, aos governos estaduais e municipais, de auxílio financeiro, bem como a criação, em todos os estados, de um “corpo de informantes” (v. 2, p. 13), integrado basicamente por professores e agentes municipais de estatística; ressaltava a necessidade de organização de carta folclórica e de calendário folclórico dos respectivos estados (v. 2, p. 13); recomendava a concessão, às comissões estaduais, de isenção de impostos alfandegários para mais fácil aquisição de equipamentos necessários ao registro dos fatos folclóricos, bem como franquia postal. Algumas dessas sugestões, convém salientar, foram incorporadas ao modelo de convênio com os governos estaduais, aprovado em 1951. Cabral também comentava, no texto acima referido, o que já havia sido ou estava sendo feito em Santa Catarina: os folcloristas catarinenses haviam conseguido autorização para imprimir os boletins trimestrais na Imprensa Oficial do Estado; obtiveram auxílio mensal da Prefeitura Municipal de Florianópolis; tinham recentemente iniciado inquérito objetivando confeccionar uma carta folclórica, ao que tudo indica com a função de georreferenciar os dados obtidos:

Cinco mil coleções de fichas foram distribuídas em todo o Estado, contendo um questionário completo sobre os mais variados assuntos que se prendem aos estudos folclóricos.

Conta assim a Comissão, dentro de um ano, estabelecer as bases de uma carta folclórica, determinando o local ou os locais em que se manifestam tais ou quais fenômenos e a natureza dos mesmos, bem como as de um calendário folclórico, assinalando as datas em que, para cada localidade, tais manifestações populares se realizam. (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, v. 2, p. 13, grifos nossos).

Nos comentários de Cabral, a Comissão Catarinense de Folclore servia como exemplo que possibilitava pensar o que era comum a todas as comissões (com ênfase em seus problemas operacionais) e, ao mesmo tempo, propor soluções. As contribuições dessa comissão, portanto, não estariam restritas ao âmbito catarinense, mas integravam-se ao desafio maior, nacional, de defesa do folclore brasileiro, de modo que “as canseiras” dos diversos integrantes de comissões estaduais estivessem “ao serviço da pátria”.

Os trabalhos da Comissão Catarinense de Folclore, até 1958, podem ser divididos em duas frentes: sistematização e disseminação do saber folclórico; pesquisa e análise das manifestações folclóricas catarinenses. Para a consecução da primeira frente de trabalho, era importante tomar contato com o saber consolidado, por meio do conhecimento da literatura da área, mas igualmente estabelecer uma rede de relacionamentos com diferentes agências e agentes produtores do saber folclórico. Para a execução da segunda frente, dada a abrangência geográfica dos levantamentos e a concentração de membros da Comissão na capital do estado, era preciso construir vínculos com instituições e profissionais que, presentes em diversos municípios, pudessem realizar a coleta de dados, mesmo que de modo preliminar e indicativo. A participação em eventos do campo folclórico, a promoção de publicações e a realização de inquéritos seriam, em decorrência disso, mecanismos fundamentais da atuação da Comissão Catarinense de Folclore.

Quanto aos eventos, foram privilegiados os Congressos Brasileiros de Folclore, os três primeiros deles ocorridos no período aqui enfocado: em 1951 (Rio de Janeiro), em 1953 (Curitiba) e em 1957 (Salvador). Os boletins da Comissão Catarinense de Folclore cobriram fartamente as discussões realizadas nesses eventos, dando relevo à participação de seus representantes e apresentando, em registros fotográficos, as interações dos catarinenses com folcloristas de outros estados da federação ou de outros países.¹⁰ Além dos eventos externos, havia aqueles promovidos pela própria Comissão, em Santa Catarina, geralmente palestras e conferências sobre assuntos folclóricos, procurando contar com respeitados pesquisadores convidados: Renato Almeida, em 1949 (Boletim n. 2, 1949, p. 3); Mariza Lira, em 1950 (Boletim n. 6, 1950, p. 14-17); Édison Carneiro, em 1951 (Boletim n. 9-10, 1951, p. 21).

As redes de contatos ampliavam-se em convites para colaborações no *Boletim*, firmando-se, com o tempo, em seções relativas ao folclore catarinense (“nosso folclore”), ao folclore de outras partes do Brasil (“folclore nacional”) e de outros países (“folclore de outras terras”). Textos de folcloristas iniciantes ou renomados (Renato Almeida, Walter Spalding, Alceu Maynard Araújo, Mariza Lira) tiveram lugar na publicação periódica da Comissão Catarinense de Folclore. A correspondência mantida pela Comissão foi outro instrumento de fortalecimento das redes de sociabilidade dos folcloristas catarinenses e de legitimação de

sua atuação; as cartas recebidas eram selecionadas e publicadas no *Boletim*, invariavelmente contendo elogios à publicação ou às demais atividades da Comissão.

No início da década de 1950, a Comissão passou a contar com o apoio de centros de pesquisa folclórica implantados, por estímulo da própria Comissão, em dois municípios – Lages e Laguna (Boletim n. 8, 1951, p. 34; Boletim n. 9/10, 1951, p. 19). Mas, para a confecção de uma carta folclórica estadual, era preciso obter informações relativas a todas as regiões de Santa Catarina, e para isso contribuiu o Departamento Estadual de Estatística: no bojo dos “inquéritos demológicos” promovidos por aquele órgão, foram realizados os inquéritos de caráter folclórico.¹¹ Com os inquéritos, que mobilizaram os agentes de estatística como informantes, buscava-se coletar dados sobre manifestações folclóricas dos diversos pontos do estado e, ao mesmo tempo, lidar de forma pragmática com as condições concretas de trabalho dos membros da Comissão, que não permitiam trabalhos de pesquisa simultaneamente amplos e aprofundados. Afinal, como indicou Renato Almeida, em 1957,

O inquérito é uma forma precária de pesquisa folclórica. Consiste em enviar a pessoas de uma ou de determinadas classes sociais (professores, médicos, padres etc.) um questionário sobre o assunto a pesquisar a fim de que informe a respeito do mesmo, na sua cidade, região ou Estado. **É uma espécie de pesquisa por procuração**, porque se a pessoa a quem se envia o questionário é um folclorista, então o que se faz é lhe pedir uma pesquisa pela observação direta, se não é, como acontece sempre, por maiores que sejam as precauções tomadas, o resultado na melhor das hipóteses será aproximado. [...] **É uma técnica que vale apenas para estabelecer um começo de trabalho.** (ALMEIDA, 1957, p. 236, grifos nossos)

Os inquéritos sobre as manifestações da cultura popular em Santa Catarina, principalmente na faixa litorânea do estado, teriam supostamente originado milhares de questionários (haja vista as “cinco mil coleções de fichas” referidas por Oswaldo Cabral, no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore), relativos a vários municípios catarinenses. O destino final dessas fichas ou questionários, contudo, é desconhecido; presentemente, não foram localizados.¹² Com o apoio do governo estadual, também teria havido o recurso a professoras estaduais, que atuariam como informantes da Comissão. Baseando-se em informações fornecidas pelo próprio Oswaldo Cabral a respeito dessa última experiência, contidas no livro *Cultura e folclore*, Renato Almeida reiterou, em 1957, no livro anteriormente citado, as limitações dos inquéritos para a pesquisa folclórica:

Em Santa Catarina, a sua Comissão de Folclore, orientada por Oswaldo Cabral, intentou um inquérito entre as professoras estaduais, para fazer um levantamento do folclore catarinense, com o apoio do Governo. O resultado foi medíocre: dos 51 municípios do Estado, apenas 24 responderam e as respostas [eram] muitas vezes falhas e inverídicas, embora não tenha sido

um trabalho perdido, pois permite que de alguns municípios se faça uma carta e um calendário folclórico a título provisório. (ALMEIDA, 1957, p. 236)

Parte dos dados levantados nos inquéritos acerca de “crendices e superstições”, adágios, rezas e benzeduras foi difundida pela Comissão Catarinense de Folclore em edições do *Boletim*. No tocante às crendices e superstições, o *Boletim* divulgou dados relativos aos municípios de Biguaçu, Criciúma, Caçador, Concórdia, Araquari, São Francisco e Joinville (Boletim n. 1, 1949, p. 1-7; Boletim n. 2, 1949, p. 21; Boletim n. 4, 1950, p. 40-41). O formulário de coleta do inquérito sobre rezas e benzeduras foi apresentado no boletim de março de 1950, e benzeduras relativas a Jaraguá do Sul no boletim de março de 1951 (Boletim n.3, 1950, p.13-16; Boletim n. 7, 1951). O adagiário, relativo a Joinville, Laguna e Florianópolis, foi publicado em 1950 e 1951 (Boletim n.6, 1950, p. 61-63; Boletim n. 7, 1951, p.39-50; Boletim n. 8, 1951, p. 75-80).

O inquérito sobre as benzeduras (que remetia às formas populares de percepção das doenças e dos males do corpo, bem como à vinculação de seu tratamento com a dimensão do sobrenatural e do divino) certamente propiciava a mobilização mais detida de um folclorista-médico como Cabral, conhecedor dessas práticas também por causa de seu trabalho anterior, em Joinville (no Hospital Municipal) e em Florianópolis (na Assistência Municipal). Antes mesmo que os dados sobre as rezas e benzeduras estivessem disponíveis para publicação, Oswaldo Cabral ofereceu uma pequena contribuição para essa pesquisa: um “vocabulário de consultório médico”, publicado no número 4 do *Boletim*, em 1950, com termos que recolhera entre consulentes procedentes “das zonas rural e praiana de Santa Catarina” (CABRAL, 1950, p. 38).¹³ A sistematização dos dados coletados, com base no inquérito e nas pesquisas de membros da Comissão, em doze municípios, na sua maioria situados na faixa litorânea de Santa Catarina, resultaria no livro *A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore*.¹⁴

O trabalho ganhara o segundo lugar em concurso de monografias sobre o Folclore Nacional promovido pelo Departamento de Cultura de São Paulo, sendo sua publicação em 1958, como separata da *Revista do Arquivo Municipal* de São Paulo, resultado dessa premiação. Fruto de trabalho coletivo, o prêmio não reforçou somente a respeitabilidade de Oswaldo Cabral como pesquisador do folclore: pesquisa e autor estando estreitamente associados às atividades da Comissão Catarinense de Folclore, ficava com isso também valorizada a atuação da entidade. Mas teria sido, por extensão, igualmente valorizado o folclore catarinense?

Em *A medicina teológica e as benzeduras*, há uma difícil conciliação entre a perspectiva do médico e do folclorista, faces do mesmo autor. Embora, no entender de Cabral, os benzedores não fossem nocivos para a saúde pública como curandeiros,

charlatães e falsos médicos, as benzeduras eram restos deturpados de uma medicina não científica, “teológica”. Cabral previa, contudo, o avanço (e a vitória) da medicina científica, e conseqüentemente o fim das benzeduras:

Os remanescentes folclóricos da medicina teológica terão o mesmo destino desta: os crentes já não a aceitam, os crédulos já andam desconfiados da sua eficiência e acabarão por ser, de um lado, convertidos à fé pura, e de outro, vencidos pela ciência vitoriosa. Quer dizer – desaparecerão. É preciso, pois, registrar o que ainda resta, que tudo isto pertence ao nosso patrimônio cultural. (CABRAL, 1958, p. 183).

Registrar o que ainda restava, neste caso, não traduzia a intenção de contribuir para que o registro reforçasse a atualização das práticas estudadas, sua preservação. Ao que tudo indica, o homem da ciência do folclore, engajado na defesa do patrimônio tradicional, foi, nesse caso, vencido pelo homem da ciência médica.¹⁵ Oswaldo Cabral, que Renato Almeida se comprazia em ter “conquistado” para o folclore, mantinha ativa a perspectiva dada por sua formação em medicina.¹⁶

Apesar disso, era principalmente Cabral quem, na Comissão Catarinense de Folclore, pensava mais amplamente o campo folclórico, em termos teóricos e metodológicos. Foi ele, também, um combatente pela inserção do folclore como disciplina nos cursos universitários. O *Boletim* da Comissão Catarinense de Folclore, na edição de setembro-dezembro de 1951, registrou, ainda, a elaboração de projeto de lei para “criação da cadeira de Folclore nos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia”, de autoria do deputado federal por Santa Catarina Afonso Wanderley Junior (Boletim n. 9-10, 1951, p. 3-4). O livro *Cultura e folclore*, de 1954, trabalho de síntese, tinha a pretensão de suprir a necessidade de um manual para alunos dessas faculdades, como Oswaldo Cabral explicitava em seu prefácio. Uma Faculdade Catarinense de Filosofia surgiria, aliás, naquela mesma década de 1950 (formalmente criada em 1951, instalada em 1955, mais tarde integrando-se à Universidade Federal de Santa Catarina). Cabral tornou-se um dos docentes daquela Faculdade; discussões sobre o fato folclórico, porém, não seriam conduzidas por ele em uma disciplina de “Folclore”, mas na de “Antropologia Cultural”. Não obstante, como registrou um de seus alunos, utilizava o livro de 1954 como referência das aulas (SANTOS, 2006, p. 22).

Na década de 1960, o envolvimento de Cabral com a Faculdade de Filosofia intensificou-se, da qual até se tornara diretor. Seu afastamento da Comissão Catarinense de Folclore aconteceria nesse período. Outro membro importante da Comissão, Walter Piazza, tendo se graduado pela Faculdade de Filosofia, logo seria integrado ao corpo docente. Sem secretário geral, a Comissão teria suas atividades interrompidas por alguns anos e

retomadas na década de 1970, então sob a liderança de Doralécio Soares, que integrava a Comissão desde seus anos iniciais.

A Comissão se mantém ativa, e uma consulta aos exemplares mais recentes do *Boletim* mostrará muitas continuidades em relação ao que foi produzido e discutido em sua primeira década: temas, procedimentos de pesquisa e perspectivas de análise daquele período continuaram a encontrar ressonância nessa publicação. A atuação posterior de pesquisadores do folclore catarinense em funções de relevo na administração pública do estado, ou em administrações municipais (casos de Walter Piazza e Osvaldo Ferreira de Melo, por exemplo), provavelmente contribuiu para dar mais longevidade às concepções esposadas pelos membros da Comissão, em seus primeiros tempos. Desde a década de 1970, houve, por certo, ampliações e renovações, e a “açorianidade”, bem como a herança portuguesa, foram contrabalançadas por outras tradições presentes no território, ao modo de um “mosaico cultural” (SAYÃO, 2004, p. 28-32).

Cabral e outros intelectuais (como Walter Piazza) procuraram, nos momentos iniciais da existência da Comissão Catarinense de Folclore, dar densidade aos “fatos folclóricos” catarinenses, de forma a atribuir a Santa Catarina um papel relevante no debate promovido pelo movimento folclórico em âmbito nacional. Entretanto, sua preocupação acentuada com a açorianidade desenhou a *busca de uma tradição mais ligada às permanências* em relação a um passado ancestral *do que ao dinamismo* do folclore, afirmado, na mesma época, por autores como Édison Carneiro e Renato Almeida. A ponderação permite aludir à heterogeneidade de posições e condutas presentes no movimento folclórico, desde seu início, e às inconsistências de um projeto pretensamente brasileiro e unificador.

Por outro lado, a firme adesão dos intelectuais catarinenses, e até mesmo o destaque obtido por Osvaldo Cabral no cenário nacional desses estudos, não foi suficiente para afirmar a particular relevância do folclore catarinense, com menor destaque em relação a estados como os da região Norte e Nordeste. Na segunda metade do século XX, Santa Catarina permaneceu um estado periférico nas discussões que, girando em torno do “patrimônio” (fosse o de “pedra e cal”, fosse o folclórico ou “tradicional”), tenderam a predominar em âmbito nacional.

Recebido em 30/7/2012

Aprovado em 5/10/2012

NOTAS

¹ Para as transformações vividas especificamente na Europa, nos “trinta gloriosos” anos após 1945, ver Landes (1994, p.501-554) e Judt (2008, p.331-360).

² Comparando dados relativos a 1950 e 1980, Mello e Novais indicaram a explosão populacional nas cidades brasileiras, principalmente nas capitais: em 1950, o país contabilizava 10 milhões de cidadãos (e outros 41 milhões no campo), e em 1980 os cidadãos somavam 61 milhões (sendo 60 milhões no campo, em vilarejos ou pequenas cidades). Em 1950, São Paulo tinha 2,2 milhões de habitantes, e 12 milhões em 1980; em 1950, o Rio de Janeiro tinha 2,4 milhões de habitantes, e 9 milhões em 1980; Porto Alegre tinha 400 mil habitantes em 1950, e 2,1 milhões em 1980. (MELLO; NOVAIS, 2000, p.574 e 586).

³ É o caso do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, desde 2003 integrado ao IPHAN. A instituição deriva da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, na década de 1970 reestruturada e tornada Instituto Nacional do Folclore, por sua vez transformado, em 2003, em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

⁴ O exemplar consultado assim como os exemplares adiante citados dos livros de Renato Almeida e Édison Carneiro pertencem ao acervo da Biblioteca Universitária da Universidade do Estado de Santa Catarina e foram doados, em 1977, pelo historiador Walter Piazza, um dos integrantes da Comissão Catarinense de Folclore, o que acentua seu provável valor de referência para o grupo de folcloristas catarinenses.

⁵ O Terceiro Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1957, recomendou, para a proteção e, conforme o caso, restauração dos folguedos populares: sua utilização nas escolas, como recreação; o apoio a grupos folclóricos existentes; o apoio a ex-participantes de grupos folclóricos, para que retomassem suas atividades (CARNEIRO, 1965, p.112). Note-se que esse artigo de Édison Carneiro foi também publicado em um dos números do *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore* (n.22, de janeiro de 1956).

⁶ A recepção de Cabral na Academia aconteceu em 17 de dezembro de 1938. Signo do prestígio que já lhe era atribuído, foi a ele destinada a cadeira 17 da Academia, que tinha como patrono Jerônimo Francisco Coelho (“fundador da imprensa catarinense”) e, como ocupante anterior, José Artur Boiteux (uma das mais destacadas figuras do meio político e letrado catarinense na Primeira República, diretamente ligado à criação de instituições como a própria Academia, o Instituto Politécnico, a Faculdade de Direito e, antes de todas, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – ver CORRÊA, 1997). No discurso proferido na mesma ocasião, Cabral, reconhecido, agradeceu a especial distinção: “me destes o melhor e o mais nobre lugar desta Casa!” (ACADEMIA, 1939, p. 21).

⁷ Cabral participou ativamente da organização do Primeiro Congresso de História Catarinense. Antes disso, também se dedicou ao estudo acurado da presença açoriana em Santa Catarina, tendo a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, reativada entre os anos de 1943 e 1944, publicado, em duas partes, um estudo seu a este respeito, que depois ganhou forma de livro (CABRAL, 1943, 1950).

⁸ Além do *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, podem ser citadas as seguintes publicações: *Notas e pesquisas sobre o boi de mamão*, de Osvaldo Ferreira de Melo (1953); *Cultura e folclore – bases científicas do folclore*, de Osvaldo Rodrigues Cabral (1954); *Poranduba catarinense*, de Lucas Alexandre Boiteux (1957). Do período em que a Comissão publicou por intermédio do Departamento Estadual de Estatística, cabe indicar: *O boi de mamão no folclore catarinense*, de Osvaldo Ferreira de Melo (1949); *O terno de reis no folclore catarinense*, de Osvaldo Ferreira de Melo (1950).

⁹ Uma seleção dos documentos apresentados naquele congresso (inclusive esse texto de Cabral) foi publicada no *Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore* de setembro-dezembro de 1951.

¹⁰ A este respeito, ver os números 9-10 (set.-dez. 1951), 15-16 (jul.-set. 1953) e 23-24 (jan.1957-jan.1958).

¹¹ Em reunião da então Subcomissão Catarinense de Folclore, em 21 de maio de 1949, Osvaldo Ferreira de Melo informou que o Departamento Estadual de Estatística realizaria em breve um “inquérito demológico” e, por proposta do secretário geral (Cabral), “aceita por unanimidade”, os agentes municipais de estatística foram considerados “representantes desta Subcomissão nos Municípios.” (Boletim n.1, 1949, p.25).

¹² A documentação inicial não foi localizada junto à Comissão Catarinense de Folclore, que ainda está ativa. Os inquéritos também não foram localizados no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (havia a possibilidade de que estivessem junto aos documentos do Departamento Estadual de Estatística, o que não se confirmou).

¹³ As benzeduras apareciam pontualmente naquele número do *Boletim*: seguindo-se ao “vocabulário”, estavam os dados dos inquéritos sobre “crendices e superstições” coletados em São Francisco, Joinville e Criciúma; logo abaixo dos dados, na p.41, havia a transcrição de quatro benzeduras. Cabe informar que, no segundo número do *Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore*, de 1949, foi publicado um pequeno texto de Walter F. Piazza sobre “As verrugas no folclore catarinense”, no qual apresentava três mezinhas para a cura do problema (PIAZZA, 1949, p.17-18).

¹⁴ Segundo Cabral, o material da pesquisa foi coletado na capital, Florianópolis, e nos municípios catarinenses de “São Francisco, Nova Trento, Tijucas, São José, Palhoça, Imaruí, Laguna, Tubarão e Curitibanos, Lages e São Joaquim. Foi aproveitado também material já publicado por Francisco S. G. Schaden, recolhido em São Bonifácio, zona de colonização alemã (Município de Palhoça).” (CABRAL, 1958, p.77) A coleta de dados sobre a “Ilha de Santa Catarina” (Florianópolis) fora feita pelo próprio Cabral. O trabalho registrou 186 benzeduras, situando-as em relação a outras estudadas em outras partes do Brasil e do mundo, relatadas em bibliografia referente a essa prática.

¹⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre esse livro, ver Gonçalves (2012, p.104-108).

¹⁶ Em carta a Cabral, datada de 28 de outubro de 1953, Renato Almeida afirmou: “Dizia há dias a Oneyda Alvarenga que você tinha sido minha melhor conquista para o folclore”. Citado por Vilhena (1997, p.214).

FONTES:

ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS. *Discursos – recepção do Acadêmico Oswaldo R. Cabral em 17-12-1938*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.

ALMEIDA, Renato. *Inteligência do Folclore*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.

Boletim da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, n.22-24, 1956-1958.

Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, n.6-21, 1950-1954.

Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore. Florianópolis, n. 1-5, 1949-1950.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A medicina teológica e as benzeduras: suas raízes na história e sua persistência no folclore. Separata de: *Revista do Arquivo*, São Paulo: Departamento de Cultura, n.CLX, 1958.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina* Separata de: *Cultura Política*, do Rio de Janeiro. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, [1941].

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Carta a Arnaldo São Thiago*, datada de Florianópolis, 28 de abril e 1941. Arquivo da Academia Catarinense de Letras, Dossiê Oswaldo Rodrigues Cabral.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Cultura e folclore: bases científicas do folclore*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1954.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Decadência agrícola do açoriano (do livro “Nossa Senhora do Desterro”). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, p. 22-25, 2º. semestre de 1943.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Introdução: Carlos da Costa Pereira, sua vida – sua obra. In: PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os açorianos. Separata de: *Anais do I Congresso de História Catarinense*, v.II. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catharina – história, evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Vocabulário de consultório médico. *Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore*, Florianópolis, n.4, p.38-39, jun.1950.

CARNEIRO, Edison. *Dinâmica do Folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1. 1951, Rio de Janeiro. *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore - Rio de Janeiro, 22 a 31 de agosto de 1951*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Publicações, [1951]. v.1 e v.2 .

Inquerito. *Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore*, Florianópolis, n.3, p.13-16, mar.1950.

PIAZZA, Walter F. As verrugas no folclore catarinense. *Boletim Trimestral da Subcomissão Catarinense de Folclore*, Florianópolis, n.2, p.17-18, dez. 1949.

VAN GENNEP, Arnold. *O Folklore*. Cidade do Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *Diálogo com Clio: ensaios de história política e cultural*. Florianópolis: Insular, 2003.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *História da cultura catarinense – O Estado e as ideias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Diário Catarinense, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

GONÇALVES, Janice. A vida através das lentes da medicina científica: a atuação de Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. In: AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. *História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012, p.89-130.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. 2006. 444p. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2006.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando Antonio (dir.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. v.4, p.559-658.

NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.31, n.62, p.193-215, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio*: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da História*: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UNICAMP, Campinas, 1991.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.24, p.97-105, 1996.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Homenagem pelos 100 anos de nascimento. In: SANTOS, Sílvio Coelho et al. *Oswaldo Rodrigues Cabral na historiografia catarinense*. Florianópolis: IHGSC, 2005. (Ensaio, 2), p.13-24.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A Antropologia em Santa Catarina. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, Associação Brasileira de Antropologia, 2006, p. 15-77.

SAYÃO, Thiago Juliano. *Nas veredas do folclore*: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975). 2004. 106 f.. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2004.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: 1982.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão*: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, FUNARTE, 1997.